

HABEAS CORPUS Nº 570.362 - RJ (2020/0079008-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JAIR JOSE PILONETTO
ADVOGADO : JAIR JOSÉ PILONETTO - RJ133276
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LUIZ ANTONIO GONÇALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUIZ ANTONIO GONÇALVES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n.º 0043033-74.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que foi decretada a prisão preventiva do Paciente, em 14/03/2018, na ocasião do recebimento da denúncia, em razão da *"prática do crime previsto no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal, por ter, em tese, subtraído, no interior de uma agência bancária, o cartão bancário da vítima, mediante destreza, trocando o verdadeiro cartão por um cartão cancelado em nome de terceiro, e ter subtraído da conta da vítima, mediante saques em caixa eletrônico e transferências, R\$ 7.490,00 (sete mil, quatrocentos e noventa reais)"* (fl. 13).

O pedido de revogação do custódia preventiva foi indeferido em 16/06/2019 e a prisão do Réu ocorreu em 07/07/2019 (fl. 16).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 10-21).

No presente *writ*, sustenta o Impetrante, inicialmente, a falta de contemporaneidade entre as datas do crime, ocorrido em 16/10/2015, e da decretação da segregação cautelar do Paciente, que se deu em 14/03/2018, quando a denúncia foi recebida. Ressalta, dessa forma, que *"a prisão preventiva foi decretada dois anos e seis meses depois do fato, isto em um crime sem nenhuma gravidade"* (fl. 4).

Alega, ademais, que *"a autoria do delito foi imputada ao Paciente através de presunções, por relatos da vítima que descreveu as características do autor do fato, porem com muita insegurança"* (fl. 4).

Aduz, outrossim, a desnecessidade da prisão preventiva e a falta de fundamentação do decreto prisional, pois *"[a] decisão não observou a real necessidade e*

Superior Tribunal de Justiça

o real perigo a ordem pública", sendo somente decretada porque o Acusado *"possui outras anotações criminais"* (fl. 4).

Argumenta, de outra parte, que a Justiça Estadual é incompetente para o julgamento da ação penal. Salienta que o suposto crime foi consumado no interior de uma agência bancária da Caixa Econômica Federal, que também seria vítima do delito, motivo pelo qual se evidencia a *"competência da Justiça Federal para processar e julgar o paciente"* (fl. 6).

Assevera, ainda, que há excesso de prazo para a formação da culpa, pois *"[a] prisão ocorreu em 07/07/2019 e até a presente data não se encerrou a instrução processual"* (fl. 6).

Por fim, afirma que o Acusado possui 62 (sessenta e dois) anos de idade, *"é obeso mórbido, diabético, problemas cardíacos, hipertensão grave crônica, que faz se tornar uma vítima fatal se for contraído o vírus que conhecidamente assombra todo o planeta"* (fl. 7).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a aplicação das medidas cautelares dispostas no art. 319 do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, seja concedida a prisão domiciliar, para que o Paciente *"possa em casa cumprir a quarentena e tratar sua saúde"* (fl. 7).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

Inicialmente, quanto à tese de ausência de contemporaneidade entre as datas do crime e da decretação da segregação cautelar do Paciente, observo que essa questão não foi debatida pelo Tribunal *a quo* no acórdão combatido, o que impede a análise da matéria, originariamente, por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

Ademais, a alegação de inocência *"não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório"* (RHC 122.460/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 28/02/2020.)

Outrossim, a afirmação de que a Justiça Federal seria a competente para o

processamento e julgamento da ação penal ajuizada em desfavor do Paciente, aparentemente, destoam da orientação jurisprudencial desta Corte Superior, conforme demonstra o seguinte precedente:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL X JUSTIÇA ESTADUAL. DENÚNCIA. FURTO DE CARTÃO DE CONTA BANCÁRIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL QUE TINHA A SENHA ANOTADA JUNTO A ELE. SAQUE INDEVIDO EM CONTA CORRENTE. INEXISTÊNCIA DE FRAUDE QUE TRAGA PREJUÍZO À INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PREJUÍZO APENAS À VÍTIMA PESSOA FÍSICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A jurisprudência desta Corte tem se orientado no sentido de que a realização de saques indevidos (ou transferências bancárias) na conta corrente da vítima sem o seu consentimento, seja por meio de clonagem de cartão e/ou senha, seja por meio de furto do cartão, seja via internet, configuram o delito de furto mediante fraude (art. 155, § 4º, II, do CP).

2. Em tais situações, a fraude é caracterizada pelo ato de ludibriar o sistema informatizado de proteção de valores, mantidos sob guarda bancária. Nesse sentido, invariavelmente, haveria, também, prejuízo da instituição bancária na medida em que, sendo ela a responsável pela implementação de mecanismos de proteção dos valores e bens sob sua guarda, será dela o ônus de arcar com o prejuízo advindo de eventual falha em tais mecanismos.

3. Entretanto, nas situações em que o cartão furtado traz a senha anotada junto a ele, não há como se vislumbrar o emprego de meio fraudulento para ludibriar o sistema de segurança da instituição bancária no saque efetuado pelo investigado sem o consentimento da vítima. Isso porque a instituição bancária adverte expressamente seus correntistas da importância de manter as senhas de suas contas bancárias e cartões em sigilo e em locais de difícil acesso. Além disso, no caso concreto, todo o montante indevidamente sacado foi restituído à vítima. **De consequência, não se verifica, na hipótese em exame, nenhuma lesão a bem, direito ou interesse da referida instituição bancária a atrair a competência da Justiça Federal.**

4. A possibilidade de descoberta de outras provas e/ou evidências, no decorrer das investigações ou da instrução do feito, que levem a conclusões diferentes, o que demonstra não ser possível firmar peremptoriamente a competência definitiva para julgamento da presente denúncia. **Isso não obstante, deve-se ter em conta que a definição do Juízo competente em tais hipóteses se dá em razão dos indícios coletados até então, o que revela a competência da Justiça Estadual.**

5. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Única de Corrente/PI, o suscitado." (CC 149.752/PI, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 01/02/2017; sem grifos no original.)

Em relação à necessidade da prisão preventiva, o Juízo singular apresentou a seguinte fundamentação (fl. 22; sem grifos no original):

"O 'periculum libertatis' decorre da necessidade da custódia cautelar do indiciado para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal, e para se assegurar a aplicação da lei penal. O acusado é reincidente e responde a vários outros processos, dentre os quais está sendo acusado por corrupção ativa, furto qualificado e outros estelionatos, além de já ter sido condenado, recentemente, por receptação, conforme sua extensa FAC de fls. 35/43, demonstrando assim, sua predisposição para delinquir. Ademais, isto demonstra que o acusado vem praticando, reiteradamente, condutas criminosas, de mesma natureza, o que induz este julgador à convicção de que a liberdade do acusado é um risco a ordem pública."

Já a Corte *a quo*, ao denegar a ordem do writ originário, consignou o que se segue (fl. 19; sem grifos no original):

"A segregação foi fundamentada na garantia da ordem pública e na efetividade da aplicação da lei penal, presentes na espécie os requisitos autorizadores do artigo 312, do Código de Processo Penal.

Com efeito, verifica-se que dias após o furto o paciente foi preso em flagrante em outra agência bancária, onde repetiu o modus operandi, trocando o cartão de outra pessoa, e foi encontrado na posse do cartão bancário subtraído da vítima e de diversos outros cartões, havendo fortes indícios de materialidade e autoria, bem como fundado risco de reiteração delitiva, a justificar a prisão para garantia da ordem pública.

A par disso, o paciente permaneceu foragido até sua prisão, teve sua revelia decretada e não logrou comprovar ocupação laborativa lícita e residência fixa, do que se extrai a necessidade da prisão por conveniência da instrução criminal e para garantia da aplicação da lei penal.

Dessa forma, não se verifica qualquer constrangimento ilegal imposto ao ora paciente, mostrando-se necessária a sua prisão pela reincidência e pela existência de outros processos criminais em curso, como forma de cessar a contumácia delitiva, para resguardo da ordem pública e para garantir a instrução criminal e a aplicação da lei penal."

Como se percebe, as instâncias ordinárias entenderam pela necessidade da constrição provisória especialmente em razão do risco concreto de reiteração delitiva, pois o Paciente responde por vários outros processos e recentemente foi condenado pelo crime de receptação, bem como pelo fato de ter, em tese, permanecido foragido até a efetivação de sua prisão – fundamentação que, em um juízo de cognição sumária, não se mostra

Superior Tribunal de Justiça

desarrazoada ou ilegal.

Por fim, quanto ao pedido de concessão de prisão domiciliar em razão da pandemia causada pelo "novo coronavírus", observo que a matéria nem sequer foi suscitada perante as instâncias ordinárias.

Dessa forma, como o Tribunal local não apreciou a controvérsia em tela, não pode ser a matéria examinada originariamente por esta Corte Superior de Justiça, devendo a parte Impetrante formular a pretensão, inicialmente, ao Juízo responsável pela decretação da prisão.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo prelibatório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, notadamente sobre a atual situação prisional do Paciente e o andamento da ação criminal, com o envio, ainda, da respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora